



Posicionamento setorial da Carne de MT

Resumo CSCB

O Instituto Mato-Grossense da Carne - IMAC esteve na Alemanha (Bonn) e Bélgica (Bruxelas), entre 06 e 17 de junho, em reuniões junto a representantes dos governos da Alemanha, Dinamarca, Holanda, Portugal, representantes da Comissão Europeia e com membros do Parlamento Europeu, para apresentar seu posicionamento sobre a proposta de regulamento da União Europeia acerca de produtos livres de desmatamento (2021/0366 COD).

Principais questões sobre o Regulamento Europeu (2021/0366 COD):

1 – Proposta de regulamento poderá aumentar o desmatamento no bioma amazônico e cerrado:

A restrição de acesso ao mercado europeu de produtos cárneos, considerando os critérios estabelecimentos pela proposta de regulamento, poderá prejudicar a comercialização de mais 7 milhões de animais de inúmeras fazendas de pequeno e médio portes em MT, atualmente vinculadas comercialmente com as 420 propriedades rurais habilitadas a produzir animais Tipo Europa. A partir dos critérios de avaliação de risco propostos pelo documento, 88 municípios em MT poderão ter classificação de alto risco e prejudicar a comercialização de mais de 22 milhões de animais. A exclusão e o impacto social negativo dessa medida, certamente poderá aumentar o desflorestamento da vegetação nativa.

2 – Desestímulo ao produtor às práticas ESG:

O processo de exclusão/boicote proposto pelo Regulamento irá desestimular o pecuarista brasileiro e mato-grossense a obter certificações ESG. Indústrias frigoríficas irão privilegiar mercados menos exigentes. Essa nova rota comercial que será criada, menos exigente em qualidade e sustentabilidade, irá promover a produção em escala horizontal, ou seja, com a abertura de novas áreas.

3 – Não estabelecimento de meios de compensação para impedir o desflorestamento permitido por lei:

O Brasil possui um rigoroso código florestal que permite a abertura de áreas de vegetação nativa em algumas condições específicas e bem regulamentadas. A exigência do Regulamento em não permitir o desflorestamento permitido por lei nacional sem a devida valorização da preservação do excedente é ineficiente e não irá fazer com que o objetivo almejado seja alcançado.

Propostas do IMAC:

1 – Participação no mercado:

Em 10 anos o estado de MT aumentou sua produção de animais jovens (até 24 meses de idade) devido as exigências do acordo Brasil – China e da bonificação oferecida pelo mercado por esse tipo de produto. O serviço veterinário oficial brasileiro é reconhecido mundialmente por sua qualidade e a rastreabilidade sanitária, exigência do mercado europeu desde 2005, que participou e bonificou os produtores habilitados na cadeia produtiva, permitindo o Brasil ser

considerado seguro na produção de carne bovina. Existe atualmente proposta apresentada pelo governo brasileiro à Europa sobre a produção de carne de alta qualidade (High Quality Beef Quote – RE 481). A vinculação desse protocolo de produção de carne de alta qualidade associado a critérios de sustentabilidade poderão estimular produtores a se adequarem as exigências do mercado consumidor europeu.

2 – Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):

O mercado europeu deve desenvolver mecanismos de compensação financeira para produtores pecuaristas habilitados a Europa com excedente em vegetação nativa em que se exija a sua preservação.

3 – Certificação para avaliação do risco de origem:

Em Mato Grosso, o IMAC tem competência legal para identificar e monitorar propriedades fornecedoras para o mercado europeu.

4 – Incentivo à produção intensiva sustentável:

Fomento e estímulo ao uso de tecnologias de produção, suporte técnico ao produtor irregular para definição de plano de adequação e recuperação ambiental. O IMAC, através do Programa de Reinscrição e Monitoramento pode ser um dos agentes condutores dessa transformação.